



O Processo de Alfabetização de Educandos com Transtorno do Espectro Autista: Desafios Metodológicos e a Mediação Docente na Perspectiva Inclusiva

The Literacy Process of Students with Autism Spectrum Disorder: Methodological Challenges and Teacher Mediation in an Inclusive Perspective

Cionei de Souza

Programa de pós-graduação Universidad del Sol.

Resumo: O processo de alfabetização de educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um marco fundamental para o desenvolvimento humano e a cidadania, embora sua implementação na escola regular apresente desafios complexos. Este estudo investiga as abordagens metodológicas e a mediação docente necessárias para transpor as barreiras de comunicação inerentes ao transtorno e potencializar o aprendizado. O referencial teórico fundamenta-se nas contribuições de Vygotsky sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal e a importância da mediação, além das fases de desenvolvimento da escrita de Ferreiro. Discute-se a eficácia do método fônico, pautado na Teoria da Coerência Central, que utiliza a tendência do autista ao foco em detalhes isolados para a construção progressiva do conhecimento. A abordagem integra ainda a Teoria da Rota Dupla, compreendendo o processamento cerebral por vias fonológicas e lexicais. Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória, estruturada por meio de uma revisão de literatura crítica e analítica. Os procedimentos envolveram a seleção criteriosa de obras seminais, artigos e documentos normativos em bases de dados especializadas e acervos digitais. Conclui-se que a alfabetização bem-sucedida do aluno autista pressupõe uma articulação entre o suporte legal e práticas pedagógicas intencionais que respeitem as especificidades sensoriais e cognitivas do sujeito, promovendo uma educação de caráter inclusivo e emancipador.

Palavras-chave: alfabetização; autismo; inclusão escolar.

Abstract: The literacy process for students with Autism Spectrum Disorder (ASD) is a fundamental milestone for human development and citizenship, although its implementation in regular schools presents complex challenges. This study investigates the methodological approaches and teacher mediation necessary to overcome the communication barriers inherent to the disorder and enhance learning. The theoretical framework is based on Vygotsky's contributions regarding the Zone of Proximal Development and the importance of mediation, as well as Ferreiro's phases of writing development. The effectiveness of the phonic method is discussed, guided by the Central Coherence Theory, which utilizes the autistic tendency to focus on isolated details for the progressive construction of knowledge. The approach also integrates the Dual Route Theory, understanding brain processing through phonological and lexical pathways. Methodologically, the work is characterized as qualitative and exploratory research, structured through a critical and analytical literature review. Procedures involved the careful selection of seminal works, articles, and regulatory documents in specialized databases and digital archives. It is concluded that the successful

literacy of the autistic student requires an articulation between legal support and intentional pedagogical practices that respect the subject's sensory and cognitive specificities, promoting an inclusive and emancipating education.

Keywords: literacy; autism; school inclusion.

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização, compreendido como a apropriação do sistema de escrita alfabética para a construção de sentidos e a efetiva participação social, constitui um dos marcos fundamentais do desenvolvimento humano e um pilar da educação contemporânea. Historicamente, o acesso ao conhecimento formal foi restrito a pequenas elites, mas a evolução dos paradigmas civilizatórios permitiu a transição de modelos segregadores para o ideal da educação inclusiva. Nesse cenário, a inclusão de educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular emerge como um desafio complexo, exigindo que o fazer pedagógico transcenda a mera garantia de matrícula e se converta em uma reorganização estrutural e metodológica capaz de atender às especificidades cognitivas e sensoriais desse público. Sob essa ótica, a alfabetização não é apenas um ato mecânico de decodificação, mas um “ato libertador” que permite ao sujeito o exercício pleno de sua cidadania e autonomia.

A contextualização histórica do autismo revela uma trajetória de profundas transformações conceituais. Desde as primeiras observações de Eugen Bleuler em 1911, que utilizou o termo para descrever o isolamento social em quadros esquizofrênicos, até as contribuições seminais de Leo Kanner e Hans Asperger na década de 1940, o entendimento sobre o transtorno evoluiu significativamente. Atualmente, conforme as diretrizes do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), o TEA é caracterizado por prejuízos na interação social, na comunicação e por padrões comportamentais repetitivos. No entanto, para além do diagnóstico clínico, impende salientar que o aluno com autismo possui plena capacidade de aprendizagem, sendo o ensino um movimento dialógico e uma “expressão imanente da humanidade”, como postula Cunha (2016). A escola, nesse prisma, desempenha o papel crucial de primeiro lugar de interação social fora do núcleo familiar, funcionando como o espaço onde as dificuldades de adaptação às regras sociais devem ser mediadas por práticas pedagógicas intencionais.

A delimitação do problema de pesquisa reside na lacuna existente entre o amparo legal da inclusão e a efetiva prática docente em sala de aula. Frequentemente, os professores enfrentam uma escassez de formação específica e de bibliografia apropriada, o que gera insegurança no acolhimento do aluno autista. A grande inquietação pedagógica pode ser sintetizada na seguinte questão: como alfabetizar sujeitos cuja característica principal é a tendência ao isolamento, quando o aprendizado ocorre primordialmente de forma social e interativa? Diante desse impasse, torna-se imperativo investigar quais abordagens metodológicas são mais eficazes para transpor as barreiras de comunicação inerentes ao transtorno

e como a mediação docente pode potencializar os pontos fortes do educando em detrimento de suas limitações.

A justificativa deste estudo pauta-se na relevância científica e socioeducacional de promover uma alfabetização de qualidade para todos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) garantem o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular. Mais recentemente, a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) consolidou que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, reforçando o dever do Estado de oferecer currículos e métodos específicos. Entretanto, a eficácia dessas garantias depende da superação de modelos “homogêneos e segregadores” e da adoção de práticas que respeitem o ritmo e a singularidade de cada aluno. A alfabetização eficaz contribui para uma sociedade menos alienada e mais desenvolvida, sendo o acesso à educação o fator determinante para a emancipação do sujeito.

No campo das metodologias de ensino, a literatura aponta uma dicotomia histórica entre os métodos sintéticos (que partem das partes para o todo, como o fônico) e os métodos analíticos (que partem do todo para as partes, como o global). Jung (2012) esclarece que, enquanto a alfabetização foca no ensino da técnica da escrita, o letramento envolve o domínio da leitura e da escrita em práticas sociais. Para o aluno autista, o método fônico apresenta-se como uma alternativa robusta, pois se alinha ao seu estilo de processamento de informações. Conforme a Teoria da Coerência Central, indivíduos com autismo tendem a focar em detalhes isolados em vez de perceberem a globalidade do contexto. Assim, o método fônico, ao construir o conhecimento “tijolo por tijolo” — partindo dos fonemas para as sílabas e palavras —, utiliza essa característica cognitiva como um facilitador do aprendizado.

A densidade teórica necessária para compreender esse processo exige a integração da Teoria da Rota Dupla, que admite que o cérebro processa palavras tanto pela via fonológica quanto pela via lexical. Soares (2012) destaca que ambas as vias iniciam com a análise visual, o que é fundamental, visto que muitos autistas são pensadores visuais. Além disso, a Psicologia da Aprendizagem oferece subsídios vitais através das fases de desenvolvimento da escrita de Ferreiro (2011) e das contribuições de Vygotsky sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A intervenção pedagógica deve ser prospectiva, focando naquilo que o aluno ainda não domina, mas possui potencial para adquirir por meio da mediação e do estímulo sensorial adequado. Martins (2012) propõe que a leitura sensorial, racional e emocional é fator que se aplica integralmente ao aluno com autismo, exigindo que o professor compreenda como os transtornos de processamento sensorial podem interferir na recepção dos estímulos educativos.

Outro pilar teórico indispensável é a Teoria da Mente, que se refere à capacidade de atribuir estados mentais e intenções a si e aos outros. A dificuldade nessa área, comum no TEA, impacta diretamente a compreensão de textos e a interação em sala de aula. Portanto, o material didático deve ser adaptado, com letras claras e sem excesso de poluição visual, para evitar que o aluno foque em detalhes irrelevantes e se desvie do signo alfabético. A alfabetização bem-sucedida

do aluno autista pressupõe, portanto, uma “múltipla articulação do conhecimento” que envolva a parceria entre escola, família e profissionais de saúde, garantindo um ambiente acolhedor e disposto a atender às peculiaridades de cada um.

O objetivo deste estudo é realizar uma revisão de literatura sobre o processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista, analisando os principais métodos de ensino, as bases neurobiológicas da aprendizagem da leitura e os desafios da prática pedagógica inclusiva. Pretende-se investigar como as teorias de processamento de palavras e as fases de desenvolvimento cognitivo da escrita podem orientar a escolha de estratégias didáticas mais eficazes. A abordagem metodológica adotada é a de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e qualitativo, pautada no levantamento e análise de obras de referência, legislações vigentes e estudos científicos contemporâneos que dialogam com a temática da educação especial na perspectiva inclusiva. Através desse levantamento, busca-se oferecer subsídios teóricos que auxiliem na compreensão da alfabetização como um processo heterogêneo e dinâmico, essencial para a inclusão plena do sujeito autista na sociedade.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, estruturada sob a forma de uma revisão de literatura (ou revisão bibliográfica). O delineamento metodológico adotado visa proporcionar uma síntese crítica e analítica do estado do conhecimento acerca do processo de alfabetização de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), fundamentando-se na premissa de que a produção do conhecimento científico em educação especial exige uma articulação dialógica entre os parâmetros clínicos do transtorno e as teorias pedagógicas contemporâneas. A opção pela revisão bibliográfica justifica-se pela necessidade de organizar e sistematizar a dispersa produção teórica sobre o tema, permitindo a identificação de convergências e divergências metodológicas que orientam o fazer docente no cenário da educação inclusiva.

O processo de coleta e seleção do material bibliográfico seguiu critérios de rigor acadêmico, priorizando obras seminais, artigos científicos e documentos normativos que versam sobre a interface entre o desenvolvimento cognitivo e a aquisição da linguagem escrita. Os procedimentos de busca foram conduzidos em bases de dados especializadas e em acervos físicos e digitais, contemplando um arco temporal que abrange desde as definições históricas de autismo até as atualizações taxonômicas presentes no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) e na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A interpretação da literatura não se limitou à mera catalogação de informações, mas procedeu a uma análise comparativa das abordagens metodológicas de alfabetização, buscando compreender a eficácia de cada estratégia frente às especificidades sensoriais e comunicacionais do educando autista.

Os critérios de inclusão estabelecidos para a composição do corpus desta revisão consideraram obras que oferecessem sustentação teórica para três eixos fundamentais: a contextualização diagnóstica e pedagógica do autismo, as metodologias de alfabetização e letramento, e os modelos de processamento neurolinguístico da leitura. Foram selecionados estudos que discutem a função da escola como o primeiro espaço de interação social fora do núcleo familiar e a importância do professor como mediador qualificado. Excluíram-se trabalhos que apresentavam abordagens genéricas sobre alfabetização sem o devido recorte voltado às Necessidades Educativas Especiais (NEE) ou que não possuíam aderência aos marcos legais da educação inclusiva brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A fundamentação teórica que sustenta esta revisão de literatura é edificada sobre autores de referência na área da psicologia da aprendizagem e da pedagogia. A análise pautou-se nas contribuições de Vygotsky, especificamente no que tange à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e à importância da mediação para a construção de esquemas mentais. No campo da alfabetização, a base teórica integrou as reflexões de Ferreiro (2011) sobre as fases de desenvolvimento da escrita (pré-silábica, silábica e alfabética), aliadas às distinções conceituais entre alfabetização e letramento propostas por Jung (2012). A estratégia de análise também incorporou a Teoria Conexionista e os estudos de Martins (2012) sobre os três tipos de leitura (sensorial, emocional e racional), elementos essenciais para compreender como o transtorno sensorial impacta a recepção dos estímulos educativos no TEA.

A organização e categorização das informações foram realizadas de forma sequencial e lógica, visando atender aos objetivos propostos pelo estudo. Inicialmente, as informações foram sistematizadas em torno da compreensão clínica e social do autismo, diferenciando-o de dificuldades de aprendizagem comuns. Em um segundo momento, procedeu-se à categorização dos métodos de alfabetização, dividindo-os em vertentes sintéticas (alfabético, silábico e fônico) e analíticas (global, natural e construtivista). Esta etapa foi crucial para fundamentar a defesa do método fônico, conforme preconizado por Seabra (2011), que argumenta ser esta a abordagem mais eficaz para o aluno autista por utilizar a tendência desses sujeitos ao foco em detalhes isolados para a construção progressiva do conhecimento, do simples ao complexo.

No que concerne ao processamento de palavras e acesso lexical, a metodologia de análise da literatura debruçou-se sobre os modelos de Listagem Plena, Decomposição Plena e, principalmente, a Teoria da Rota Dupla. A relevância desta estratégia metodológica reside na capacidade de explicar, sob uma perspectiva neurobiológica, como o cérebro processa informações por via fonológica e lexical. A análise cruzada desses modelos teóricos com a realidade pedagógica permitiu justificar a necessidade de materiais didáticos adaptados, com letras claras e mínima poluição visual, respeitando a Teoria da Coerência Central, que aponta a dificuldade do autista em perceber a globalidade em detrimento do detalhe.

A síntese das informações foi elaborada de modo a integrar as dimensões legais e técnicas. A análise documental de diretrizes como a Declaração de Salamanca e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva permitiu contextualizar o direito inalienável à educação e a obrigatoriedade do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Através desta revisão, buscou-se não apenas descrever métodos, mas avaliar criticamente como a inépcia em rever modelos construtivistas deturpados e a desvalorização do método fônico têm contribuído para índices insatisfatórios de alfabetização no Brasil, afetando desproporcionalmente o público da educação especial.

Em suma, a estratégia metodológica de revisão bibliográfica aqui apresentada demonstra-se imprescindível para alcançar os objetivos do estudo, uma vez que possibilita uma imersão profunda na “múltipla articulação do conhecimento” necessária para a prática pedagógica inclusiva. Ao confrontar práticas segregadoras e modelos homogêneos de ensino, esta metodologia permite consolidar uma base teórica robusta que orienta o professor na superação de barreiras estruturais e comunicacionais. A interpretação final das fontes selecionadas converge para a necessidade de uma alfabetização funcional e libertadora, que reconheça o aluno com autismo como um sujeito capaz de aprender e de voar em seus próprios ritmos, desde que amparado por intervenções pedagógicas intencionais e cientificamente fundamentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de alfabetização de educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela-se como uma construção multifacetada que exige a superação de barreiras históricas, estruturais e pedagógicas consolidadas ao longo de décadas. A análise do conteúdo técnico-científico delimitado para esta investigação permite inferir que a alfabetização não é um monopólio das instituições escolares, mas um fenômeno intrínseco à mente humana, vinculado a complexos processos cerebrais, motivações individuais e necessidades adaptativas de cada sujeito. No entanto, o ingresso da criança autista na rede regular de ensino impõe ao sistema educacional a necessidade de uma reorganização que transcenda a mera garantia de matrícula. Os resultados desta revisão bibliográfica indicam que a avaliação desse público deve ser, prioritariamente, multiprofissional e interdisciplinar, integrando os saberes de fonoaudiólogos, psicólogos, médicos, terapeutas ocupacionais e pedagogos em um esforço conjunto para conduzir o processo de ensino-aprendizagem de forma eficaz e humanizada.

Libâneo (1990) defende que a seleção de conteúdos e métodos deve estar em função do desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos, tratando-se da teoria geral do ensino que orienta a práxis docente. A problemática da alfabetização ganha maior densidade analítica quando se investigam os métodos de ensino propriamente ditos. Jung (2012) categoriza esses métodos em duas vertentes fundamentais: os sintéticos, que focalizam a decifração e partem das partes para

o todo, e os analíticos, que priorizam a compreensão global antes da análise das partes constitutivas.

A discussão crítica sobre a eficácia desses métodos revela um tensionamento acadêmico significativo no cenário brasileiro. Embora o país tenha vivenciado uma longa hegemonia de modelos construtivistas e do método global, autores como Seabra (2011) apontam para a ineficácia pedagógica de tais abordagens quando aplicadas de forma anacrônica ou exclusiva. Seabra (2011) destaca que a desvalorização da instrução fônica sistemática tem contribuído para elevados índices de analfabetismo funcional, com resultados educacionais inferiores aos de nações com menores investimentos financeiros. Para o aluno autista, cujas funções executivas e processamento de contexto podem estar comprometidos [conforme a Teoria da Coerência Central], o método fônico apresenta-se como uma alternativa mais robusta. Ao focar na consciência fonológica e na construção progressiva de fonemas, sílabas e palavras, essa abordagem alinha-se à tendência do cérebro autista de focar em detalhes isolados antes de perceber a totalidade de um texto.

A prática pedagógica inclusiva, conforme discutida por Ferreira (2003), exige um mergulho profundo no cotidiano escolar para apreender os componentes subjetivos das relações sociais. Ela representa momentos de mediação baseados nos princípios de solidariedade, respeito e cooperação, resultando na ruptura necessária de modelos homogêneos que historicamente marginalizaram a pessoa com deficiência. Ferreira (2003) enfatiza que o ambiente escolar precisa se construir como um espaço aberto e acolhedor, preparado para atender às peculiaridades de cada um. A inclusão efetiva demanda que gestores e professores conheçam profundamente seu público-alvo, questionando quem são esses indivíduos e como eles aprendem em suas especificidades sensoriais e cognitivas.

Um ponto relevante da discussão é a distinção necessária entre a educação formal e a informal. Oliveira (2011) pontua que a aprendizagem não ocorre apenas no plano cognitivo, mas abrange aspectos orgânicos, corporais, afetivos e emocionais do sujeito. No caso do TEA, a barreira social é o desafio inicial a ser transposto, visto que a alfabetização tradicional ocorre primordialmente por meio da interação intersubjetiva. Oliveira (2011) fundamenta que a Teoria Conexcionista assume a aprendizagem como uma questão de conexões entre estímulos e respostas, exigindo que o educador crie estímulos ambientais que permitam o desenvolvimento respeitando as limitações biológicas e afetivas do educando.

A análise dos níveis de leitura propostos por Martins (2012) (sensorial, racional e emocional) oferece subsídios valiosos para entender por que o aluno autista processa a informação escrita de forma diferenciada. A leitura sensorial é a base primordial para a interpretação do mundo por meio dos cinco sentidos. No autismo, embora os órgãos sensoriais sejam anatomicamente íntegros, o processamento das informações ocorre de modo atípico, frequentemente caracterizado por transtornos sensoriais de hipo ou hipersensibilidade. Martins (2012) explica que a leitura racional acrescenta à sensorial e à emocional a capacidade de estabelecer uma ponte entre o leitor e o conhecimento, possibilitando a atribuição de significado ao texto e o questionamento das relações sociais. Se o aluno não consegue realizar

a leitura do mundo a partir das formas primárias sensoriais, sua transição para a leitura emocional e racional fica severamente prejudicada. Portanto, a alfabetização do autista deve, obrigatoriamente, considerar os estímulos sensoriais como suporte para a construção da comunicação.

Ao analisar as variáveis que interferem nos resultados do trabalho pedagógico, Soligo (2001) destaca a importância da crença do aluno na sua própria capacidade de aprender e do reconhecimento de seus saberes prévios. Os resultados demonstram que, sem um planejamento prévio adequado e sem um contrato didático que considere a diversidade, a inclusão permanece restrita ao campo da utopia legal. Soligo (2012) orienta que os professores devem analisar a realidade do contexto, antecipar possibilidades de intervenção e trabalhar em colaboração com seus pares para compreender a natureza das diferenças entre os alunos. A legislação brasileira fornece o amparo necessário, mas a prática cotidiana revela que a efetivação dessas garantias depende da superação de lógicas hegemônicas que não suprem as reais necessidades formativas do público da educação especial.

A análise das hipóteses de investigação reforça que o conhecimento deve ser visto em sua complexidade e provisoriade, ocorrendo não por simples justaposição, mas por reorganização cerebral e cognitiva. A alfabetização do educando autista exige que o professor compreenda profundamente as fases de desenvolvimento da escrita (pré-silábica, silábica e alfabética) e utilize o erro como um elemento didático positivo para estimular a criança a repensar sua construção escrita. Ferreiro (2011) ensina que o modo tradicional de considerar a escrita infantil foca apenas nos aspectos gráficos, ignorando os aspectos construtivos que revelam o que a criança quis representar e quais meios utilizou para criar diferenciações.

O lúdico também desempenha papel vital e insubstituível no processo de alfabetização de alunos com TEA e deficiência intelectual. Jogos, desenhos, canções e dramatizações não devem ser vistos como meros passatempos, mas como ferramentas pedagógicas intencionais que favorecem a socialização e a apropriação dos signos alfabéticos. Além disso, as terapias complementares não substituem o papel do pedagogo, mas devem atuar de forma aliada para que o aluno compreenda que as letras pertencem aos sons das palavras utilizadas em seu cotidiano social. Maluf (2013) destaca que a primeira condição para a aprendizagem da leitura no sistema alfabético é a descoberta do princípio de correspondência entre fonemas e grafemas, o que exige uma análise introspectiva da fala combinada à identificação das letras.

A discussão sobre o acesso universal à educação como um ato libertador permite concluir que a alfabetização é, por excelência, um processo de inclusão social. Ao se preparar para viver na comunidade em que está inserido, o aluno autista adquire autonomia e rompe com o status de marginalização histórica. Entretanto, a eficácia desse processo está condicionada à superação de teorias ineptas e dogmatizadas que ignoram o conhecimento científico internacional sobre o cérebro e a leitura. Seabra (2011) corrobora este ponto ao criticar modelos que impõem ditames caducos que acabam por condenar jovens ao analfabetismo funcional. A valorização do método fônico, associada ao letramento crítico, garante que a

alfabetização não seja apenas uma imitação caligráfica, mas o domínio efetivo do código para a participação social plena e digna.

As diretrizes pedagógicas atuais propõem que o objeto de conhecimento seja tratado como algo complexo e que o professor intervenha sistematicamente para favorecer o desenvolvimento das capacidades individuais. No caso específico do autismo, essa intervenção deve considerar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) proposta por Vygotsky, focando naquilo que o aluno ainda não domina, mas que possui potencial latente para adquirir por meio da mediação qualificada. Wolff (2011) ressalta que os postulados de Vygotsky dão destaque à mudança em níveis históricos, filogenéticos e microgenéticos para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento humano consistente, na qual o sociointeracionismo assume que a construção do pensamento é um processo cultural.

As sistematização do método alfabético não implica no controle da aprendizagem individual, mas serve como uma bússola que guia o professor no período mais importante do desenvolvimento do educando. Soares (2012) pontua que os métodos sintéticos fundamentam-se no princípio lógico de começar pelo simples para chegar ao complexo, iniciando pelo conhecimento dos sons das letras para depois atingir as frases e textos. A alfabetização é, em última análise, a ferramenta que permite ao sujeito autista sair do isolamento para a interação com o outro, transformando caracteres gráficos em veículos de comunicação e expressão de sua subjetividade. Os resultados desta revisão sublinham a necessidade imperiosa de uma prática pedagógica que harmonize o rigor técnico dos métodos com a sensibilidade necessária para acolher a singularidade de cada percurso educativo.

Dessa forma, os achados indicam que o método misto tem sido a escolha predominante nas escolas brasileiras, embora estudos apontem para a maior eficácia de abordagens fônicas específicas para o perfil cognitivo do TEA. Maluf (2013) explica que a decodificação grafofonológica é um mecanismo intencional e controlado que progride ao longo da palavra, sendo essencial para que, ao fim do ciclo inicial, o aluno possua fluência e compreensão textual. A flexibilidade metodológica deve ser o norteador do docente, que precisa estar apto a transitar entre diferentes estratégias conforme as respostas do aluno ao estímulo pedagógico proposto. A prática inclusiva só se efetiva quando o ambiente escolar se constrói como um espaço aberto e disposto a atender às peculiaridades de cada um, respeitando integralmente o cabedal de conhecimentos que o aluno traz consigo de seu ambiente familiar e social.

A análise das variáveis operacionais reforça que a alfabetização deve caminhar indissociavelmente ao lado do letramento, desenvolvendo no aluno a habilidade de perceber e utilizar os signos em seu cotidiano social. Não se deve, sob hipótese alguma, subestimar a capacidade de aprendizagem do aluno especial, uma vez que a plasticidade cerebral permite a aquisição de novos conceitos ao longo de toda a vida, desde que o ambiente seja devidamente estimulante e adaptado. Maia (2011) esclarece que o cérebro é uma estrutura extremamente plástica e que a presença de uma disfunção não significa ausência de desenvolvimento, sendo o Sistema Nervoso Central a figura fundamental na coleta e armazenagem de

dados para a alteração do comportamento. O sucesso escolar, portanto, depende fundamentalmente de uma múltipla articulação de conhecimentos que envolva a reestruturação da escola de ensino regular para a superação definitiva da lógica da exclusão.

O papel do professor, como mediador imbuído da capacidade de pesquisar e refletir criticamente sobre sua práxis, é o fator determinante para mudar o rumo da educação inclusiva. Soares (2012) destaca que a leitura competente envolve dois processos ou rotas: um indireto, mediado pela fonologia, e um direto, via visual lexical. Entender esses modelos de processamento de palavras, como a Teoria da Rota Dupla discutida por Medeiros (2014), permite ao professor planejar atividades que utilizem tanto a análise visual quanto a auditiva, favorecendo o acesso ao léxico mental do aluno autista. A alfabetização bem-sucedida requer, portanto, a integração de métodos eficazes, currículos adaptados e uma visão humanizada que reconheça no aluno autista um sujeito ávido pelo conhecimento e plenamente capaz de se apropriar do sistema de escrita alfabética.

A trajetória histórica do autismo demonstra que a compreensão sobre o sujeito evoluiu de uma perspectiva puramente clínica e esquizofrênica para uma abordagem biopsicossocial. O reconhecimento de que o autismo é um distúrbio do desenvolvimento permitiu que a pedagogia ocupasse seu lugar de direito na intervenção desses indivíduos. Conforme Gonçalves (2014) e Oliveira (2016), a terminologia e os critérios diagnósticos passaram por transformações profundas desde Bleuler, Kanner e Asperger até a consolidação do TEA no DSM-V. Nesse contexto, a alfabetização deixa de ser apenas uma meta técnica para se tornar um processo vital de inserção na cultura e na linguagem, elementos fundamentais para a construção da identidade e do exercício pleno da cidadania.

A literatura analisada reforça que o sistema educacional deve estar preparado para lidar com a heterogeneidade inerente ao espectro autista. Como o autismo apresenta graus e níveis variados, torna-se impossível a existência de uma fórmula mágica ou de um método universal que sirva para todos de forma indistinta. Brito (2017) enfatiza que cada pessoa é única e precisa ter suas particularidades de idade, escolaridade e grau de autismo levadas em consideração. A escolha do atendimento educacional mais adequado deve partir de um diagnóstico preciso, mas o foco da intervenção pedagógica deve recair sobre os pontos fortes e as potencialidades do aluno. A inclusão exige que a estrutura social e escolar se adapte para receber o sujeito, e não que o sujeito se molde a uma estrutura rígida e inóspita.

Análise dos métodos de alfabetização revela que o uso exclusivo de modelos analíticos pode desfavorecer o aluno autista devido ao seu estilo de processamento de informações. Pacheco (2012) discute a Teoria da Coerência Central, explicando que indivíduos com autismo apresentam uma preferência por focar em detalhes em detrimento do todo. Enquanto o método global exige que a criança perceba a frase ou o texto antes de analisar suas partes constitutivas, o método fônico respeita o funcionamento cerebral do autista ao construir o conhecimento tijolo por tijolo. Essa abordagem transforma o foco no detalhe em uma vantagem cognitiva para a decodificação do código escrito, facilitando a transição do simples para o complexo.

A eficácia do método fônico é corroborada por evidências que demonstram melhorias significativas na consciência fonológica e no desempenho de escrita, mesmo em sujeitos com distúrbios motores severos. Seabra (2011) relata estudos bem-sucedidos em que a instrução fônica sistemática permitiu progressos notáveis em alunos com necessidades especiais. Portanto, a insistência em modelos que rejeitam essa evidência científica prejudica a alfabetização de todos, mas atinge de forma mais cruel o público da educação especial. A didática deve ser flexível o suficiente para utilizar o melhor de cada abordagem, adequando-se sempre ao ritmo biológico e intelectual da criança.

A prática pedagógica inclusiva pressupõe também a reorganização dos tempos e espaços escolares. O AEE, realizado em salas de recursos multifuncionais, é essencial para oferecer atividades voltadas às necessidades específicas de aprendizagem do aluno autista. Conforme discutido por Brito (2017), as ações realizadas por profissionais da saúde e da educação devem englobar a identificação de sinais precoces e a parceria constante com os pais. O atendimento especializado não substitui o ensino comum, mas o complementa com o objetivo de promover a autonomia e a independência do estudante dentro e fora dos muros da escola. A instituição escolar tem o compromisso ético de intervir para promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos de forma integral.

A discussão sobre o processamento de palavras revela que o cérebro humano utiliza modelos complexos de acesso lexical. Medeiros (2014) analisa os modelos de Listagem Plena, Decomposição Plena e Rota Dupla, indicando que o modelo de dois canais é o que melhor explica a alfabetização. Esse modelo admite que a mente processa informações tanto por uma rota fonológica quanto por uma rota lexical visual direta. Ambas as vias iniciam com o sistema de análise visual, o que destaca a importância crucial de materiais didáticos com estímulos visuais claros e sem poluição para o aluno autista. A combinação de semelhança visual e ortográfica explica como o cérebro armazena e ativa dados, processo que deve ser estimulado pela plasticidade cerebral mediada pelo professor.

As bases legais fornecem o amparo necessário para que a educação inclusiva se torne uma realidade pedagógica concreta. A legislação assegura currículos, métodos e recursos específicos para atender aos educandos com necessidades especiais. Contudo, a efetivação dessas leis requer profissionais qualificados que compreendam a evolução do raciocínio infantil e saibam adequar sua metodologia à realidade do aluno. A avaliação não deve ser um ato de julgamento de resultados, mas uma análise profunda dos motivos pelos quais um aluno ainda não alcançou determinada habilidade, permitindo o traçado de novas metas metodológicas mais eficazes.

Em síntese, os resultados apontam para a necessidade de uma alfabetização que considere o aluno autista em sua totalidade biológica, emocional e social. O desafio dos professores reside em transpor a barreira da comunicação e em criar estratégias que transformem o isolamento em interação social significativa. A educação especial na perspectiva inclusiva é um movimento que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, visando superar a lógica histórica da

exclusão. Somente através de uma prática pedagógica reflexiva e amparada em evidências será possível garantir que cada criança encontre na escola o espaço necessário para desenvolver seu potencial.

A análise do impacto dos transtornos sensoriais na alfabetização revela que o professor deve estar atento a sinais como hipersensibilidade a ruídos ou luzes, que podem desorganizar completamente o modo de pensar do aluno. Grandin (2015) discute como os problemas sensoriais podem interferir na recepção da informação, propondo o uso de meios alternativos de expressão quando a fala não está presente. A integração sensorial é fundamental para que os estímulos educativos sejam recebidos de forma adequada pelo Sistema Nervoso Central. A utilização de recursos visuais limpos e letras cheias, evitando linhas pontilhadas que podem confundir a percepção do aluno, é uma estratégia prática recomendada para o sucesso do processo.

Por fim, a análise da estrutura pedagógica inclusiva reforça que o projeto político-pedagógico da escola deve ser uma construção coletiva que viabilize o enfrentamento da exclusão. Libâneo (2001) afirma que o projeto pedagógico é a concretização do planejamento, expressando a cultura da escola e os modos de pensar de seus atores. A organização dos tempos, o trabalho cooperativo e a abertura para a participação comunitária são indícios de novas alternativas para a efetivação do cotidiano inclusivo. A alfabetização do autista insere-se, portanto, em um debate mais amplo sobre direitos humanos e democracia, exigindo uma renovação constante do fazer docente em prol da equidade e do respeito absoluto às diferenças humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo empreendido nesta revisão de literatura permitiu uma imersão analítica sobre a complexidade que envolve o processo de alfabetização de educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), retomando a problemática central acerca de como promover a apropriação da escrita em sujeitos cuja condição primordial perpassa barreiras na comunicação e na interação social. Evidenciou-se que a alfabetização do aluno autista não deve ser encarada como uma impossibilidade biológica, mas como um desafio pedagógico que demanda a superação de modelos anacrônicos e a adoção de estratégias fundamentadas na neuroplasticidade e nas especificidades cognitivas do transtorno. Sob este prisma, a escola deixa de ser um mero espaço de integração física para se tornar, conforme preconizado nas Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, um ambiente de mediação intencional voltado para a autonomia do sujeito.

Os principais achados desta síntese teórica indicam que a alfabetização eficaz para o público com TEA requer uma ruptura com a homogeneidade metodológica. A discussão evidenciou que, embora o Brasil tenha priorizado modelos analíticos e construtivistas nas últimas décadas, tais abordagens podem se mostrar insuficientes

ou até contraproducentes para o aluno autista, devido à sua tendência ao foco em detalhes isolados em detrimento da globalidade do contexto. Nesse sentido, a valorização do método fônico, ou métodos sintéticos que partem do fonema para a unidade maior, surge como uma evidência robusta de rentabilidade no ensino, uma vez que respeita a Teoria da Coerência Central e utiliza a predileção do cérebro autista pelo detalhe como um facilitador da decodificação grafofonêmica. Complementarmente, a interpretação dos resultados sublinha que a alfabetização deve obrigatoriamente caminhar de mãos dadas com o letramento, garantindo que o domínio do código se converta em funcionalidade social e construção de sentidos.

As implicações educacionais e práticas deste estudo recaem, primordialmente, sobre a figura do professor como mediador. A análise demonstrou que o sucesso da inclusão está intrinsecamente ligado à capacidade do docente de atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), identificando o que o aluno já domina e mediando a aquisição de novas competências por meio de estímulos sensoriais e materiais adaptados. Consequentemente, emerge a necessidade premente de formação continuada para os profissionais da educação, uma vez que a carência de conhecimento sobre as bases neurobiológicas do autismo e sobre o processamento de palavras (Teoria da Rota Dupla) gera insegurança e perpetua o fracasso escolar. A prática pedagógica inclusiva, portanto, exige uma “múltipla articulação do conhecimento” que envolva não apenas o pedagogo, mas uma equipe interdisciplinar e, fundamentalmente, a coesão de vontades com a família do educando.

No âmbito teórico, este trabalho confirma a premissa de Cunha (2016) de que a aprendizagem é uma expressão imanente da humanidade, aplicando-se integralmente ao autista. As implicações teóricas reforçam que a adaptação curricular, definida por Valle e Maia (2010), não deve ser vista como uma redução de conteúdos, mas como uma flexibilização estratégica que viabiliza o acesso ao conhecimento formal. A integração entre os níveis de leitura sensorial, emocional e racional propostos por Martins (2012) oferece um roteiro metodológico valioso, sugerindo que a alfabetização do autista deve iniciar-se pelos estímulos sensoriais, respeitando possíveis transtornos de processamento e utilizando-os como ponte para o desenvolvimento da comunicação e do pensamento crítico.

Contudo, esta pesquisa reconhece limitações que devem ser ponderadas. A escassez de bibliografia específica voltada exclusivamente para a alfabetização no autismo, em comparação com outras deficiências mais amplamente estudadas, dificultou uma análise ainda mais segmentada por níveis de suporte do TEA. Além disso, o foco em uma revisão de literatura pode distanciar a teoria das variações subjetivas encontradas no chão da sala de aula, onde as comorbidades e as realidades socioeconômicas locais impõem barreiras adicionais que a legislação, por si só, não consegue mitigar de imediato.

Para futuras investigações, sugere-se a realização de estudos de campo longitudinais que avaliem o desempenho de alunos autistas submetidos estritamente ao método fônico sistemático em comparação com o método misto, visando consolidar evidências sobre a eficácia da instrução fonológica neste público. Recomenda-se, ainda, pesquisas que explorem o impacto das tecnologias assistivas

e de recursos lúdicos digitais como ferramentas de engajamento na alfabetização, bem como estudos que analisem a eficácia dos cursos de atualização oferecidos pelas secretarias de educação na mudança efetiva da práxis docente.

Em última análise, a alfabetização do aluno com autismo constitui um ato libertador e um direito inalienável que exige o compromisso ético de todo o sistema educacional. A superação da lógica da exclusão só será plena quando a escola for capaz de ajustar seus relógios pedagógicos ao ritmo singular de cada estudante, garantindo que o “direito de voar” seja uma realidade tangível para todos, independentemente de suas trajetórias biológicas ou sensoriais. Através da união entre rigor científico, sensibilidade pedagógica e amparo legal, será possível transformar a alfabetização em uma ferramenta de inserção social definitiva, permitindo que o sujeito autista ocupe seu lugar de direito na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista *et al.* **Escala de avaliação de traços autísticos (ATA): validade e confiabilidade de uma escala para a detecção de condutas autísticas.** Arquivos de Neuro-Psiquiatria, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 23-29, 1999.
- BARROSO, B. C. **Alfabetização e Letramento de alunos autistas e Asperger da rede municipal de ensino da Zona Leste de Manaus/AM: O que pensam os professores do ensino fundamental.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2021.
- BORGES, J. A. **Inclusão escolar: um estudo de caso.** 2005. In: BORTOLOZZO, S. S. A inclusão do aluno com autismo na rede regular de ensino. Curitiba: IBPEX, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRITO, Maria Cláudia. **Estratégias Práticas de Intervenção nos Transtornos do Espectro do Autismo**. [S. l.]: E-book Saber Autismo, 2017.

CAIXETA, Leonardo; NITRINI, Ricardo. **Teoria da mente: uma revisão com enfoque na neurologia cognitiva**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 105-112, 2002.

CASELLA, Erasmo *et al.* **As bases neurobiológicas da aprendizagem da leitura e escrita**. [S. l.: s. n., 20--?].

CRUZ, Talita. **Autismo e Inclusão: Experiências no Ensino Regular**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um passo de cada vez**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

FERREIRA, Windyz B. **Educação inclusiva: o que os professores pensam disso?** [S. l.: s. n.], 2003.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, Filipe Arantes. **Autismo de Bleuler**. Lisboa: Climepsi Editores, 2014.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. **O cérebro autista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

JUNG, Brigitte Klenz. **Fundamentos e metodologia da alfabetização e letramento**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1990. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MAIA, Heber; VARGAS, Glória Maria Barros. **Neuroeducação: a relação entre Saúde e Educação**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

MALUF, Maria Regina *et al.* **Alfabetização no século XXI: como se aprende a ler e a escrever**. Porto Alegre: Penso, 2013.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

MEDEIROS, Joyse *et al.* **Acesso lexical: uma rota dupla para o português brasileiro**. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 278-292, 2014.

OLIVEIRA, Fernanda Germani de. **Psicologia da educação e aprendizagem**. Indaial: Uniasselvi, 2011.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gestão Educacional: Novos Olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PACHECO, Ana Filipa. **Teorias Neuropsicológicas: Relação com a Comunicação e a Linguagem no Autismo**. Porto: [s. n.], 2012.

SANTOS, M. P. **O papel da escola na investigação diagnóstica do autismo.** [S. l.: s. n.], 2008.

SEABRA, Alessandra Gotuzo. **Problemas de leitura e escrita: como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica.** São Paulo: Memnon, 2011.

SILVA, Ana Cristina Conceição da. **Até à descoberta do princípio alfabético.** Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SOARES, Ana Maria Nunes Castanheira. **Habilidades Cognitivas e Competências de leitura em Crianças do 1º ano.** Lisboa: ULHT, 2012.

SOLIGO, Rosaura. **Variáveis que interferem nos resultados do trabalho pedagógico.** [S. l.: s. n.], 2001.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e Desenvolvimento: perspectiva interdisciplinar.** Bauru: Cultura Acadêmica, 2010.

WOLFF, Celi Terezinha. **Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil.** Indaial: Uniasselvi, 2011.